



**ATA 01**  
**REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Aos nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas, compareceram na sala de reuniões do IPMAT os membros do Comitê de Investimentos, assim nominados: Amarildo Antonio Natel, Andressa da Cruz e Renato Assuero Ramon, para pauta deste dia estavam previstos as assinaturas de atas, recibos de jetons, lista de presença, a consultoria Mais Valia emitiu a seguinte nota: O mês de fevereiro de 2026 manteve o ambiente favorável para as carteiras de nossos clientes, embora com uma intensidade menor do que a observada em janeiro. A renda fixa local continuou apresentando desempenho positivo, sustentada pela estabilidade das expectativas de juros e pela demanda consistente por ativos de menor risco. A renda variável doméstica também avançou, ainda beneficiada pelo fluxo estrangeiro para ativos locais, mas em ritmo mais moderado após o forte rali do início do ano. No cenário internacional, o desempenho seguiu heterogêneo. A valorização do real frente ao dólar voltou a limitar parte dos retornos quando convertidos para a moeda local, reduzindo o impacto positivo de alguns mercados globais que tiveram resultados favoráveis em suas moedas de origem. Com isso a classe contribuiu de forma mista aos investidores. Diante desse conjunto de fatores, fevereiro tende a apresentar resultados positivos, porém mais uniformes entre os clientes. Carteiras com maior exposição à renda variável local continuam se beneficiando do bom momento doméstico, enquanto aquelas com maior alocação internacional mostram resultado um pouco mais comedido. O início de 2026 segue construtivo para a maior parte das estratégias, reforçando a importância da diversificação e do monitoramento contínuo das condições de mercado. Recomendações: A publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 consolidou um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e reforçando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem certificação Pró-Gestão ou que se encontram no nível I, as restrições impostas pela norma continuam representando desafios relevantes, especialmente no que diz respeito à



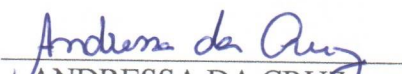
rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras. A Resolução estabelece limites mais rígidos para a alocação de ativos, reduzindo o acesso a segmentos que historicamente contribuíam para melhorar o retorno ajustado ao risco. Com menos alternativas de diversificação, esses RPPS permanecem mais dependentes do comportamento da curva de juros. No cenário de fevereiro, marcado por juros ainda elevados e estáveis, a restrição regulatória não gera perdas imediatas, mas mantém o risco de comprometimento da rentabilidade caso não ocorra um fechamento consistente da curva, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse contexto, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como: fundos IMA, que permitem exposição a diferentes vértices da curva; fundos IRF-M, sensíveis a movimentos de fechamento das taxas prefixadas; e fundos IDkA, que replicam curvas específicas de juros e podem ser utilizados para posicionamento tático, desde que respeitada a exigência de composição integral por títulos públicos federais. A utilização desses fundos permanece como uma das poucas estratégias disponíveis para mitigar o impacto das restrições regulatórias sobre a rentabilidade. Para os demais RPPS, fevereiro mantém a dinâmica observada no início de 2026: juros elevados, inflação em processo lento de convergência e um ambiente global ainda marcado por incertezas políticas e comerciais. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de uma postura prudente na alocação dos recursos, especialmente para aqueles classificados no Pró-Gestão Nível 2, que não possuem autorização normativa para investir no exterior. No segmento de renda fixa, para RPPS com certificação Pró-Gestão níveis 2, 3 e 4, as recomendações seguem alinhadas ao ambiente econômico atual. As NTN-Bs continuam oferecendo remuneração real elevada, ainda próxima de IPCA +7% a +8% aa, patamar superior ao teto da meta atuarial de IPCA +6%. Esse nível de taxa segue proporcionando ganhos expressivos com baixa volatilidade, sobretudo para investidores que adotam a estratégia de carregamento até o vencimento,




# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ



beneficiando-se da marcação na curva, lembrando que agora é necessário observar as limitações impostas pela Resolução CMN 5.272/2025 para aquisição direta de títulos públicos. Para clientes com restrições operacionais, a recomendação permanece a exposição por meio de fundos vértices, que preservam a aderência à tese de investimento e oferecem liquidez e diversificação. Por fim, sem mais assuntos a tratar, deu-se por encerrado os trabalhos, sendo que a próxima reunião, será conforme o calendário de Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos que acontecerá no dia 26/03/2026 às 9:00 horas na sala de reuniões do Ipmat. A presente ata foi lavrada por mim, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos demais presentes.

  
ANDRESSA DA CRUZ

  
AMARILDO ANTONIO NATEL

  
RENATO ASSUERO RAMON